

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do “Município de Miranda do Douro”, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, que evidencia um total de € 46.265.833, um total de Fundos Próprios de € 32.776.346, incluindo um resultado líquido de € 25.510, a Demonstração dos Resultados do exercício findo naquela data, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, os Mapas de Execução Orçamental, que evidencia um total de despesa paga de € 10.242.294 e de receita cobrada de € 10.605.454 o Mapa do Plano Plurianual de Investimentos e o Mapa de Operações de Tesouraria, todos documentos do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Executivo Municipal (Câmara Municipal) a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município e o resultado das suas operações e dos fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras contêm ou não distorções materialmente relevantes.

Para tanto o referido exame inclui:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas
- em juízos e critérios definidos pelo Executivo Municipal, utilizados na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município de Miranda do Douro** em 31 de Dezembro de 2015 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites constantes do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Relato sobre Outros Requisitos Legais

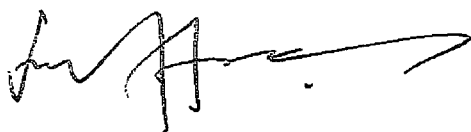
8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício

Ênfases

9. Sem modificarmos o conteúdo da opinião expressa no parágrafo número 8 acima chamamos a atenção para os seguintes factos
- 10.1. Apesar de ter sido iniciada a implementação do sistema de contabilidade analítica no Município em 2014, mas ainda não se encontrar concluída à data de 31 de Dezembro de 2015 e constituir uma obrigatoriedade prevista no ponto 2.8.3 do POCAL, ainda não oferece condições de proporcionar a informação financeira necessária para a avaliação dos custos dos serviços a que estão associados o pagamento de taxas por parte dos munícipes e os custos das obras e serviços realizados por administração direta, para efeitos de reconhecimento de eventuais ativos e resultados.

10.2.O Município disponibilizou instalações e equipamentos para o funcionamento do Matadouro, que integra a sociedade “Miranda Cultural e Rural, E.M.”, os quais não se encontram relevados como “imobilizado em poder de terceiros” na contabilidade do Município. Também não existe qualquer contrato com a sociedade “Miranda Cultural e Rural, E.M.” referente à sua utilização. Face às condições de exploração dos últimos três anos a sociedade “Miranda Cultural e Rural, E.M.”, da qual o Município é o único accionista, deverá ser deliberada a sua dissolução, no prazo limite de 6 (seis) meses após a aprovação das contas, para que, nessa sequência, entre em processo de liquidação nos termos previstos na Lei 50/2012 e, subsidiariamente, nos termos do Código das Sociedades Comerciais.

Bragança, 19 de Abril de 2016



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues - (R.O.C. n.º 1047)
Em representação da S.R.O.C. n.º 92 Fernando Peixinho & José Lima, L.da



Fernando Peixinho & José Lima - SROC Lda



Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA EM

31 de Dezembro de 2015

CÂMARA MUNICIPAL DE
MIRANDA DO DOURO

RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA EXTERNA

Ex.^{mos} Membros da Assembleia Municipal do Município de Miranda do Douro

Ex.^{mo} Senhor Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Douro

Ex.^{mos} Senhores Vereadores do Município de Miranda do Douro

Ex.^{mos} Senhores

Introdução

1. O presente relatório é emitido nos termos da alínea d), do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro e subsidiariamente pelos deveres de fiscalização previstos no Código das Sociedades Comerciais e também tendo em atenção as disposições insertas no Estatuto do Revisor Oficial de Contas, mormente o veiculado no Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro, aditado pelo Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro.

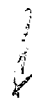
Âmbito

2. Procedemos à revisão legal desse Município e ao exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, de acordo com as Normas e Recomendações Técnicas aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efetuado emitimos a respetiva certificação legal das contas.

Trabalhos Efetuados

De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:

- Acompanhamento dos aspectos essenciais da gestão do Município, tendo para o efeito solicitado e obtido os esclarecimentos considerados necessários, quer com o responsável pela contabilidade da Câmara Municipal e também com o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, com quem fizemos reuniões periódicas para analisar o desempenho e determinados procedimentos relacionados com o controlo interno e com a evolução das operações.
- Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pelo Município tendo, neste particular, sido feitos testes à valorização dos diferentes elementos do ativo. Verificámos ainda a sua adequada divulgação, ou não, no Anexo.





- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, o respectivo Anexo, a Demonstração de Fluxos de Caixa e seu anexo e a Demonstração de Resultados por Funções, com as normas constantes no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e demais normas contabilísticas aplicáveis.
 - Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte
 - Verificação da execução orçamental de acordo com o orçamento e plano aprovados e tendo em atenção as alterações e revisões orçamentais efetuadas.
 - Análise do cumprimento das obrigações de natureza contratual, designadamente as referentes ao P.A.E.L. e do plano de reequilíbrio financeiro.
 - Revisão do sistema de controlo interno existente no Município, com especial incidência nas áreas de aquisições de bens e serviços, recepção de compras, aquisições e abates de imobilizado, contas a pagar, cauções e garantias prestadas por terceiros, vendas e prestações de serviços (cobrança de taxas e licenças), expedição e contas a receber, contas de custos com o pessoal tendo sido efetuados os testes de conformidade apropriados.
 - Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados nas circunstâncias em função da materialidade dos valores envolvidos.
 - Tratamentos de todos os dados do Imobilizado extraídos da aplicação POCAL e Património, para efectuar a respetiva consonância de registos entre as duas aplicações.
- 2.1- Analisámos e realizámos testes às reconciliações bancárias apresentadas pelo Município;
 - 2.2- Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, fornecedores, outros devedores e credores, contencioso, seguradoras) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pelo Município, tendo sido utilizados procedimentos alternativos nos casos em que não foi possível obter resposta;
 - 2.3- Teste as operações de inventariação física das existências,
 - 2.4- Inspeção documental dos principais elementos do imobilizado corpóreo, designadamente das aquisições efectuadas no decurso do exercício, confirmação directa da titularidade dos bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais;
 - 2.5- Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, deferimento e acréscimo;



- 2.6- Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- 2.7- Verificação das situações relacionadas com o cumprimento da legalidade e da entrega das retenções de impostos e contribuições às Entidades competentes;
- 2.8- Apreciação da política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo a atualização dos capitais seguros;
- 2.9- Verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis, nomeadamente, em matéria de empreitadas e fornecimentos de bens e serviços.
- 2.10- Verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis, à assunção da despesa.
- 2.11- Verificação da facturação emitida nas diversas aplicações correlacionado os dados comunicados via e-fatura e declarações periódicas de IVA.

Informações/Anotações da auditoria e revisão das contas

3. Em consequência do trabalho efetuado, e para além dos aspectos referidos na certificação legal das contas, entendemos dever relatar o seguinte:

3.1 Sistema de controlo interno

- Do acompanhamento que fizemos quanto à evolução do sistema de controlo interno anotamos as seguintes situações:

- i. Como já anotámos nos relatórios anteriores, relativamente às disponibilidades, verificámos que o Caixa não funciona através de um fundo fixo. Apesar do manual de procedimentos estabelecer que o valor em Caixa não deve ultrapassar € 6.000,00, verifica-se não existir cumprimento e controlo sobre essa disposição, o que faz com que os valores em Caixa não tenham uma definição rigorosa quanto ao montante que deve ser considerado como fundo fixo. O numerário e os valores suportados em documentos que integram o Caixa e que estão sob a responsabilidade do Tesoureiro não estão sujeitos a contagens físicas efetuadas com carácter periódico e de surpresa, ou seja, parece só haver evidência de contagens físicas ao Caixa apenas aquando do encerramento das contas de cada ano económico, no final e no início do mandato do órgão executivo ou do órgão que o substitui e quando há substituição do Tesoureiro. Somos da opinião que as contagens físicas ao Caixa deveriam ser efetuadas, pelo menos, trimestralmente e, além disso, deveriam ser lavrados termos de contagem dos montantes sob responsabilidade do Tesoureiro, devidamente assinados pelos seus intervenientes, isto, para além, de como estipula o manual de procedimentos e de controlo interno dever existir um fundo fixo de caixa sujeito a conferências e a reposições de carácter mensal;



- ii. Verificámos que os cheques são preenchidos na Tesouraria, depois de confirmado o meio de pagamento a adoptar, recolhendo-se posteriormente a assinatura de um outro interveniente na movimentação da conta bancária, quando o procedimento correcto seria que os mesmos fossem emitidos na secção da contabilidade, conjuntamente com a respetiva ordem de pagamento, sendo, depois, remetidos à Tesouraria para pagamento, após serem devidamente subscritos (assinados) pelo Presidente da Câmara, Vice-presidente ou Vereador com delegação de competências;
- iii. À semelhança do que dissemos em relatórios anteriores a elaboração das reconciliações bancárias é efectuada pelo Tesoureiro que tem acesso às contas correntes, o que consubstancia uma incompatibilidade de funções (as reconciliações bancárias não devem ser feitas por quem paga e recebe). Preferencialmente, e tendo em atenção as disposições sobre a eficácia do controlo interno, sugere-se que as reconciliações bancárias sejam elaboradas por um funcionário que não pertença à Tesouraria e que na contabilidade não tenha acesso às contas correntes, o que naturalmente exige a definição de acessos/perfis informáticos;
- iv. As dívidas de “clientes e utentes”, na parte em que a cobrança se tem revelado de maior dificuldade, pese embora se encontrarem provisionadas de acordo com os termos previstos no POCAL, deverão merecer a maior atenção sobre a diligência na sua cobrança, porquanto a Lei 23/96, de 26/07 – *Lei dos Serviços Públicos Essenciais*, estabelece como prazo de caducidade para a liquidação das dívidas, apenas, 6 (seis) meses. Tal situação permite invocar ao devedor o direito à caducidade. Por tal facto deverá o Município enviar uma carta a solicitar o pagamento, mesmo que o atrasado seja pago em regime prestacional, de modo a fazer-se ressarcir desse ativo (direito) e criar para o futuro mecanismos de controlo que lhe permitam assegurar a cobrança dessas dívidas.
- v. Com relação à área dos stocks/existências, através dos testes realizados, aquando da inventariação física, verificámos que o sistema de controlo interno não dá garantia de ser capaz de detetar uma utilização inadequada dos ativos em armazém nem uma eficaz salvaguarda da sua integridade. Os movimentos de mercadorias e de matérias-primas não são todos controlados pelo armazém, indo alguns directamente para as obras, o que, naturalmente, fragiliza os mecanismos de controlo físico dos inventários. Por outro lado não se encontra implementado o sistema de inventário permanente o que converge para tornar ainda mais vulnerável o controlo sobre as existências em armazém.
- vi. Tal como referimos, em muitas situações, os materiais, ainda que requisitados pelo armazém são transferidos directamente para a obra pelo fornecedor. Tal operação não é objecto de registo no armazém que, se houver sobras, não regista qualquer entrada porque também não houve registo de qualquer saída. Por tais factos, não é possível a mensuração dos ativos “existências”, nem enquanto matérias-primas e subsidiárias, nem no que respeita à valorização dos produtos e trabalhos em



- curso. Aquando das contagens verificamos a existência de diversos artigos com elevado número de stock mas com reduzida rotação;
- vii. Ainda em relação às existências, verificámos que os serviços de armazém do Município não procedem à inventariação física das existências de forma regular, sendo apenas realizado o inventário no final do exercício. Tal situação contribui para fragilizar os mecanismos de controlo das quantidades em stock, ao contrário do que menciona o manual de procedimentos que aponta para a necessidade de um controlo permanente e sistemático dos stocks.
- viii. Pese embora as anotações a que já aludimos em relatórios anteriores, nos ativos produzidos, construídos ou valorizados por Administração Directa (executados com meios do Município) somente são afectos à sua valorização os consumos de materiais não lhes sendo imputados os consumos de mão-de-obra, equipamentos e os outros gastos gerais que são suportados. Tal facto traduz-se numa subavaliação desses ativos e numa idêntica subvalorização do resultado do exercício;
- ix. No que concerne ao controlo do imobilizado registamos o facto da Secção do Património continuar a não proceder à verificação física periódica dos bens do ativo imobilizado, de modo a controlar a permanência e integridade desses bens em poder do Município. Com efeito, o imobilizado é uma área com grande significado e, nessa conformidade, implica a existência de medidas de controlo interno específicas, que garantam a fiabilidade dos valores constantes nas contas do Município e a integridade dos bens registados e que são propriedade do Município.
- x. A gestão do imobilizado, designadamente, no que se refere aos seus custos de manutenção, requer um sistema de informação sujeito a permanente atualização e, ainda, complementado com um controlo físico efetuado por amostragem ao longo do exercício.
- xi. Reiteramos para o facto do Município:
- Não possuir folhas de abate/transferência de bens classificados como imobilizado devidamente atualizadas;
 - Não possuir projetos de execução de obras por administração directa, implicando o seu não reconhecimento e valorização e, também, a falta de registo contabilístico dos trabalhos efetuados pela própria entidade;
- xii. De acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Inventário e Cadastro todos os bens deveriam estar etiquetados, o que não se verifica. De referir que verificámos a existência de alguns bens etiquetados. Porém, as “folhas de carga” não estão de acordo com o conteúdo de cada compartimento, ou seja, não são atualizadas com as alterações eventualmente ocorridas (aquisição, alienação ou substituição de bens);



xiii. Anotamos, também, o facto de, não obstante o ponto 2.8.3. do POCAL estabelecer a obrigatoriedade de implementar o sistema de contabilidade analítica, o mesmo se encontrar em fase de implementação, e sobre o qual anotamos as seguintes aspetos:

- Apenas os custos com matérias-primas estão a ser imputados diretamente às funções,
- A aplicação de máquinas está configurada mas os serviços não estão a imputar esses custos diretamente,
- O custo hora da mão-de-obra está calculado mas também não está a ser imputado às atividades.
- Todos os serviços estão configurados na aplicação de gestão de actividades.

3.2. Definição da Materialidade

O nosso trabalho foi planeado com base na avaliação de um risco de controlo médio, ponderadas todas as componentes do controlo interno e a sua influência no risco de controlo global. Tendo por base os valores descritos no quadro abaixo, os quais foram retirados das demonstrações financeiras de 2014, ajustámos a materialidade global em € 400.000 e a materialidade de execução em € 300.000.

	31-12-2014
Total do Activo Líquido	47.121.749
Fundos Próprios	32.124.962
Volume de Negócios	2.580.199
Receita Cobrada Bruta	10.985.628
Total de Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF - Mapa XIX OE 2015)	6.277.649

3.3 Notas sobre os trabalhos efetuados e respetivas conclusões

1 – Disponibilidades

11 – Caixa

Em relação à tesouraria foi feita a contagem física do Caixa e foram feitos testes de verificação dos saldos das folhas do Caixa e não detetámos qualquer divergência entre os valores inscritos nos registos e os valores em cofre que, de resto, validámos através de procedimentos analíticos feitos à data a que nos foi possível efetuar esses testes.

Esta rubrica apresenta, a 31 de Dezembro, um saldo no valor de € 4.364,07.

12 – Depósitos em Instituições Financeiras

O Município prepara reconciliações bancárias para todas as contas de Depósitos em Instituições Financeiras. O saldo global desta rubrica ascende a € 2.133.175,57.

Procedemos à circularização de todas as Instituições Bancárias com quem o Município tem operações activas. Das 6 entidades circularizadas (Novo Banco, Millenium BCP, Santander Totta, C.G.D., Crédito Agrícola e Montepio.) obtivemos resposta de 5 entidades, perfazendo 99% do saldo global.

O trabalho desenvolvido consistiu em testes de conformidade e de verificação substantiva das reconciliações bancárias preparadas pelo Município o que nos permitiu concluir que as 6 (seis) contas bancárias estão adequadamente conciliadas.

Em relação às contas no banco “124 – CGD”, verificámos que existem abertas quatro contas bancárias. Todavia, na contabilidade apenas figura uma conta. Não obstante, reconciliámos, individualmente, cada uma das contas bancárias. Somos da opinião que, na contabilidade, deveriam ser criadas contas divisionárias de acordo com o número de contas bancárias que o Município tem em cada Instituição Bancária de modo a cada uma delas refletir somente os movimentos que efectivamente lhe dizem respeito.

Em síntese, temos:

Ind.	Conta de Razão Nº	Conta Bancária Nº	Banco Dependência	Saldo Extracto Banco	Itens de Reconciliação						Diferença	Saldo pelo Razão em 31-12-15
					Município		Banco		Débito não lançado no Contabil.	Crédito não lançado no Contabil.		
					Depósitos e transferências em trânsito	Cheques em trânsito	Débito não lançado no Banco	Crédito não lançado no Banco			Débito não lançado no Contabil.	Crédito não lançado no Contabil.
1	1211	0007/000096000	BES	92.013,50 €			493,74 €	0,45 €			0,00 €	92.506,79 €
2	1221	0033/0000430430	MILLENNIUM BCP	70.513,72 €							0,00 €	70.513,72 €
3	1231	0018/2834852700	SANTANDER TOTTA	40.920,35 €							0,00 €	40.920,35 €
4	1241	0035/0000011253	CGD	1.341.656,62 €		226.414,17 €	2.254,00 €	133.469,82 €			0,00 €	984.026,63 €
5	1241	0035/0000078763	CGD	288.124,94 €		708,67 €					0,00 €	287.416,27 €
6	1241	0035/0001363823	CGD	351.051,33 €							0,00 €	351.051,33 €
7	1241	0035/0001372303	CGD	171.301,75 €							0,00 €	171.301,75 €
8	1251	0045/4010676842	CCAM	123.731,85 €							0,00 €	123.731,85 €
9	1261	1442468/10	Montepio	9.706,87 €							0,00 €	9.706,87 €
				2.491.020,94 €	0,00 €	227.122,84 €	2.747,74 €	133.470,27 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.133.175,57 €

Do teste de seguimento aos itens de reconciliação bancária verificámos a existência de cheques não descontados no banco com antiguidade superior a um ano, tendo sido detetados, € 6.197,62 na CGD – 112630. Impõe-se averiguar a situação destes pagamentos.

Conforme referenciámos nos relatórios de anos anteriores, continua-se a verificar a existência de duas garantias no Novo Banco, no montante total de 142.157,40 € e quatro garantias na Caixa Geral de Depósitos, no valor global de 20.125,41 €, as quais se encontram devidamente divulgadas no anexo.

**2 – Terceiros****21 - Clientes**

A rubrica de clientes não apresenta um saldo com materialidade significativa e o facto de serem, na sua quase totalidade, sujeitos individuais impossibilitou-nos de procedermos ao teste de circularização de saldos para a obtenção da evidência sobre o saldo em dívida.

No entanto, efetuámos os procedimentos analíticos às contas correntes dos principais devedores de modo a obtermos um grau de segurança aceitável sobre os valores constantes na informação financeira relatada. Acresce que, da análise e avaliação que fizemos ao controlo interno à área dos clientes, ficámos com a convicção que os procedimentos de controlo funcionam e permitem obter uma segurança razoável sobre os valores relevados.

Relativamente à rubrica “214 – Rendas e Alugueres” a qual apresenta a 31 de Dezembro de 2015 um saldo de € 106.200,85 é referente à fatura da renda de concessão da EDP do 4º trimestre 2015.

No que respeita a rubrica “217 – Cliente e utentes c/cauções” da análise efetuada aos saldos seleccionámos 7 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos. Nessa conformidade, foram enviadas cartas acompanhadas da conta corrente emitida a partir dos livros e registos e foi pedido a cada uma dessas entidades credoras que nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua contabilidade.

Dessas 7 entidades, não obstante terem sido feitas várias insistências para que nos fosse respondida a nossa carta e enviada a conta corrente, apenas respondeu 1 que confere.

Das 6 entidades de que não obtivemos resposta usámos procedimentos alternativos de auditoria apesar de, mesmo assim, não termos obtido a evidência considerada necessária para formarmos opinião sobre a razoabilidade do saldo relevado na contabilidade e que ascende ao montante global de € 6.800,00. A 31 de Dezembro a conta apresenta um saldo de € 52.931,91 registando um decréscimo de € 324,40 em relação ao ano anterior.

Quadro das entidades circularizadas

Indexação	Nº Conta	Terceiro	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
1	2171977		VIVADOURO CONSTRUCOES LDA	1.300,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
2	2171176		JOSE BERNARDO PERA	-1.705,00 €	-1.705,00 €		5	NÃO RESPONDEU
3	2171291		ESTALA GEM STª CATARINA LDA	-2.670,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
4	2171437		VITORGEL CONSTRUCOES LIMITADA	-1.655,00 €	0,00 €	-1.655,00 €	1	CONFERE
5	21711612		CARLOS AFONSO-CONSTRUCOES UNIPessoal LD	-1.175,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
6	2172840		PERA E RODRIGUES LDA	-5.115,00 €	-5.115,00 €	0,00 €	8	CARTA DEVOLVIDA
7	2173100		EDUARDO Pires Preto	-1.860,00 €	-1.860,00 €		5	NÃO RESPONDEU

De notar que a rubrica “21.8 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa” apresenta um saldo no valor de € 19.198,96 cujas dívidas são referentes a rendas (bares), fornecimento de água e taxas referentes a painéis publicitários. Deste saldo, e de acordo com o POCAL, encontram-se provisionados € 16.303,72. De acordo com a natureza do saldo devia estar provisionada a totalidade do valor.

22 - Fornecedores

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de fornecedores seleccionámos 1 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos. Nessa conformidade foi enviada carta acompanhada da conta corrente emitida a partir dos livros e registos e foi pedido à entidade credora que nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua contabilidade.

Da resposta obtivemos a confirmação do saldo expresso na contabilidade do Município de Miranda do Douro.

Quadro das entidades circularizadas

Indexação	N.º Conta	Terceiro	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
1	221	31	Assoc. Humanitária Bombeiros Voluntários Miranda D	1.348,08 €	1.348,08 €	0,00 €	1	CONFERE

Em suma, com relação à rubrica global de fornecedores, obtivemos a evidência considerada necessária nas circunstâncias podermos ter um nível de segurança razoável sobre o valor constante nos registos, no que concerne às asserções mensuração e plenitude.

23 - Empréstimos obtidos

Em relação aos empréstimos obtidos verificámos que houve uma diminuição do saldo em dívida que passou de € 6.932.868,37, em 31 de Dezembro de 2014, para € 5.921.856,26 em 31 Dezembro de 2015.

Procedemos à circularização de saldos das Instituições de Crédito com as quais o Município tem financiamentos em curso (C.G.D., Millenium BCP, Novo Banco, CCA e Direção Geral do Tesouro). Obtivemos resposta de todas as entidades.

De acordo com os registos contabilísticos confirmámos a existência de dezassete linhas de crédito (empréstimos bancários de curto e de médio e longo prazo), das quais, as de curto prazo, se venceram e foram liquidadas no decurso do exercício de 2015. Verificámos a concordância dos registos contabilísticos através da execução de testes de conformidade e de verificação substantiva, o que nos permitiu concluir que todas as linhas de crédito têm a situação regularizada, ou seja, cumpridas tempestivamente as obrigações de liquidação do serviço da dívida (amortizações de capital e juros), com a exceção dos empréstimos n.º 9015/000115/387/0027, n.º 9015/000115/387/0035, n.º 9015/000115/387/0043, n.º 9015/000115/387/0051 e n.º 9015/000115/387/0078, nos quais detetámos uma diferença global de € 10.980,91 que advém de exercícios anteriores e da qual não nos foi possível obter a evidência substantiva necessária.



No quadro seguinte apresenta-se o resultado do teste de verificação dos empréstimos em curso:

Banco	Conta	Saldo em 31-12-2015	Resposta Banco	Dif.
CGD	2312111115	239.348,16 €	239.348,16 €	0,00 €
CGD	2312111128	142.083,33 €	142.083,33 €	0,00 €
CGD	2312111130	1.039.364,43 €	1.039.364,43 €	0,00 €
BCP	2312111203	114.967,47 €	114.967,47 €	0,00 €
BCP	2312111204	137.643,17 €	137.643,17 €	0,00 €
BES	2312111302	88.636,35 €	88.636,35 €	0,00 €
CA	2312111401	1.039.364,42 €	1.039.364,42 €	0,00 €
CGD	2312112118	20.194,25 €	16.616,87 €	-3.577,38 €
CGD	2312112119	9.843,70 €	8.099,90 €	-1.743,80 €
CGD	2312112120	10.496,78 €	10.496,78 €	0,00 €
CGD	2312112121	9.131,86 €	7.514,18 €	-1.617,68 €
CGD	2312112122	12.499,52 €	10.285,25 €	-2.214,27 €
CGD	2312112123	10.317,70 €	8.489,93 €	-1.827,77 €
CGD	2312112124	93.921,18 €	93.921,18 €	0,00 €
CGD	2312112125	198.059,30 €	198.059,30 €	0,00 €
DGT	2312311101	1.089.200,00 €	1.089.200,00 €	0,00 €
DGTF	2312311103	1.666.784,63 €	1.666.784,63 €	0,00 €
		5.921.856,25 €	5.910.875,35 €	-10.980,90 €

A 31 de Dezembro de 2015 os empréstimos bancários, em termos da dívida total do Município, representam 84%.

De acordo com o mapa enviado pelo Município para a DGAL, através do portal Autárquico - SIIAL (Sistema de Informação Integrado de Autarquias Locais,) apresenta uma margem disponível, por utilizar, de € 2.283.306, pese embora apenas só poder usar, no exercício económico subsequente, cerca de 20% da margem disponível nos termos previstos na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei 73/2013, de 03 de Setembro.

24 - Estado

Esta rubrica inclui as relações financeiras do Município com o Estado e a Segurança Social, nomeadamente, no que concerne à retenção de impostos e às contribuições resultantes do pagamento de remunerações (Seg. Social, ADSE e C.G.A.).

Em relação às rubricas referentes à conta 24 – Estado e Outros Entes Públicos não detetámos nenhuma divergência entre o valor registado na contabilidade e o valor das guias que serviram de pagamento aos diferentes tributos. As contribuições e impostos retidos têm sido pagos, pontualmente, dentro do prazo previsto na lei.

No que concerne às contribuições da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, chamamos a atenção para o facto do registo das contribuições a cargo da entidade ser efetuado aquando do pagamento, ou seja, a 31 de Dezembro tais valores não aparecem relevados na conta 245 – XXXX, o que se verifica apenas em Janeiro de 2016. Estimamos que as contribuições, a cargo do Município, relativas à



Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, sejam, referentes mês de Dezembro de 2015, de € 7.019,94 e € 28.655,96, respetivamente. Tal situação deverá ser corrigida na medida em que constitui uma desconformidade nos termos da normalização contabilística aplicável e uma subvalorização do passivo nesse valor.

Relativamente aos autoconsumos de água, dos testes alternativos de auditoria e das indagações a que procedemos verificamos que não existe qualquer registo, nem em relação aos autoconsumos nem em relação à regularização do IVA. Todavia não nos foi possível obter a evidência necessária sobre as quantidades consumidas uma vez que para além das quantidades adquiridas à ATMAD e às vendas a clientes e utentes não há estimativa sobre os desperdícios para, por dedução, se poder estimar as quantidades de autoconsumos.

Verificámos que ao longo do exercício de 2015 o Município teve sempre IVA a recuperar, tendo fechado o ano com um reporte no valor de € 86.442,91, sem que tenha procedido ao pedido do seu reembolso.

25 – Devedores e Credores pela Execução do Orçamento

Em relação à conta 25 – Devedores e credores pela execução do orçamento, procedemos à verificação documental, baseada numa amostra considerada significativa, a processos de despesa, ou seja, o nosso trabalho incidiu na verificação da rubrica 25.2 – Credores pela execução do orçamento. O trabalho realizado nesta área baseou-se, essencialmente, na verificação da classificação económica, patrimonial e de todo o processo que acompanha a realização da despesa, nomeadamente, no que se refere à sua autorização (verificação da existência de fundos disponíveis), ao seu cabimento e compromisso. Da análise documental efectuada não verificámos situações de incumprimento procedimental e processual no que concerne às diversas fases da despesa.

26 - Outros devedores e credores

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de entidades credoras, inscritas na rubrica geral de “outros devedores e credores”, seleccionámos 24 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos.

Nessa conformidade foram enviadas cartas acompanhadas da conta corrente emitida a partir dos livros e registos e foi pedido a cada uma dessas entidades credoras que nos respondesse a confirmar o saldo e nos enviasse a respetiva conta corrente.

Dessas 24 entidades, não obstante terem sido feitas várias insistências para que nos fosse respondida a nossa carta e enviada a conta corrente, responderam 4. Destas 4 entidades conferimos 1 e foi-nos possível conciliar 3.

Quadro das entidades circularizadas

Indexação	Nº Conta	Terceiro	Nome	Saldo, Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
1	2681	9	JAIME NOGUEIRA & FILHOS LDA	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
2	2681	12	E.T.E.-EMPRESA TELECOM ELETRICIDADE, LDA.	6.733,10 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
3	2681	13	MARIO HENRIQUES FERRERA, LDA	6.923,92 €	0,00 €	6.923,92 €	6	CARTA DEVOLVIDA
4	2681	14	CEGM - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES LDA	10.185,41 €	0,00 €	10.185,41 €	6	CARTA DEVOLVIDA
5	2681	15	SILVA & PRETO, LDA	24.311,28 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
6	2681	151	ELECTRO INSTALADORA MOGA DOURENSE	2.380,53 €	0,00 €	2.380,53 €	6	CARTA DEVOLVIDA
7	2681	297	CONSTRUCOES JOAQUIM B.FERRERA LDA	6.750,71 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
8	2681	303	VEJONOR - VEJAÇÕES E MOBILIÁRIO DO NORTE, LDA	2.368,35 €	0,00 €	2.368,35 €	2	CONCLUIDO
9	2681	977	VIVADOURO CONSTRUÇÕES LDA	2.723,71 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
10	2681	1833	TLC-SOLUÇÕES INTEGRADAS	2.920,89 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
11	2681	1720	FRANCISCO DA TRINDADE MATEUS	3.758,05 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
12	2681	1731	SOLFREL LDA	6.277,81 €	0,00 €	5.277,81 €	6	CARTA DEVOLVIDA
13	2681	1780	ANORTE - CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA LDA	3.843,63 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
14	2681	2681	JOSE BRITO & AUGUSTO CONSTRUÇÕES LDA	7.382,09 €	0,00 €	7.382,09 €	6	CARTA DEVOLVIDA
15	2681	2758	MULTINORDESTE MULTIF CONSTR ENGENH CIVIL SA	5.856,33 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
16	2681	2781	SINCOF-SOC. INDUSTRIAL DE CONSTRUÇÕES FLAVIENSES	6.709,77 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
17	2681	2783	MANUEL JOAQUIM CALDERA, LDA	14.918,76 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
18	2681	2957	ANTÓNIO RODRIGUES & FILHOS, LDA.	3.960,71 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
19	2681	2978	MADUREIRA AZEVEDO - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LD	3.089,58 €	2.484,50 €	605,08 €	2	CONCLUIDO
20	2681	3059	C.M. FERRERA - PAV. & GRANITOS, SOC. UNIP. LDA.	3.724,88 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
21	2681	3062	MANUEL ANTONIO FERRERA DE CARVALHO & FILHOS, LD.	12.115,93 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
22	2681	3385	ANTEROS - EMP.SOC.CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S	21.880,50 €	21.880,50 €	0,00 €	1	CONFERE
23	2681	3366	FESAPI, RECONSTRUÇÃO, LDA	31.212,75 €	0,00 €	31.212,75 €	6	CARTA DEVOLVIDA
24	2681	3536	SOCIEDADE DE EMPREITADAS FAZVIA, LDA	8.856,00 €	0,00 €	8.856,00 €	2	CONCLUIDO

Resumo de entidades circularizadas

RESUMO DOS RESULTADOS DA CIRCULARIZAÇÃO	QUANTIDADE		VALOR		% T.BALANCETE DEZ. ANO N
	Nº	% CIRC.	EUROS	% CIRC.	
RESPOSTAS CONCORDANTES	1	4%	21.881	11%	4,70%
RESPOSTAS DISCORDANTES	3	13%	14.314	7%	3,07%
- Valores Comprovados	2	8%	11.946	6%	2,56%
- Valores Não Comprovados	1	4%	2.368	1%	0,51%
RESPOSTAS NÃO OBTIDAS	20	83%	163.689	82%	35,13%
- Valores Comprovados	1	4%	0	0%	0,00%
- Valores Não Comprovados	19	79%	163.689	82%	35,13%
COBRANÇAS DUVIDOSAS	0	0%	0	0%	0,00%
TOTAIS	24	100%	199.884	100%	42,90%

RESUMO GLOBAL em 31/DEZ.	QUANTIDADE		VALOR	
	Nº	%	EUROS	%
TOTAL CIRCULARIZADO	24	18%	199.884	43%
TOTAL NÃO CIRCULARIZADO	106	82%	266.057	57%
TOTAL	130	100%	465.941	100%

Não obstante termos procedido ao teste de circularização de saldos das contas de "Outros Devedores e Credores" (essencialmente constituídos por empresas prestadoras de serviços de empreitadas de obras públicas) obtivemos um reduzido número de respostas o que, mesmo utilizando procedimentos alternativos de auditoria, não nos permitiu obter a evidência necessária para formarmos opinião sobre a razoabilidade de saldos no valor global € 163.689.

Face às circunstâncias descritas e à materialidade definida para esta área, a evidência obtida permite-nos formar opinião sobre a razoabilidade dos saldos de fornecedores / outros credores, designadamente quanto à verificação das asserções mensuração e existência.

27 - Acréscimos e Diferimentos

Em relação a esta rubrica, verificámos todos os procedimentos de especialização de exercícios, nomeadamente as suas estimativas e respetiva consistência.

Rubrica	Descrição	31-12-2014	31-12-2015	Desvio €	Desvio %
27	ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS	-5.531.280,02	-5.620.568,46	-89.288,44	1,6%
271	Acréscimos de proveitos	716.730,61	761.079,10	44.348,49	6,2%
2719	Outros acréscimos de proveitos	716.730,61	761.079,10	44.348,49	6,2%
272	Custos diferidos	12.995,79	13.405,50	409,71	3,2%
273	Acréscimos de custos	-374.501,06	-531.461,78	-156.960,72	41,9%
2732	Renumerações a liquidar	-343.439,26	-331.624,04	11.815,22	-3,4%
2733	Juros a liquidar	-13.151,22	-9.248,90	3.902,32	-29,7%
2739	Outros acréscimos de custos	-17.910,58	-190.588,84	-172.678,26	964,1%
274	Proveitos diferidos	-5.886.505,36	-5.863.591,28	22.914,08	-0,4%
2745	Subsídios para investimentos	-5.886.505,36	-5.863.591,28	22.914,08	-0,4%

Acréscimos de Proveitos

Esta rubrica apresenta um saldo de € 761.079,10, desagregado da seguinte forma: € 706.543,34 referente à estimativa da coleta do imposto Municipal sobre Imóveis, € 13.917,20 do Imposto único de Circulação e € 5.435,16 do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, referentes a 2015 e cobrados em 2016. Conforme se pode verificar pelo quadro acima face ao período homólogo existe um aumento de € 44.348,49, sendo explicado pela especialização das refeições escolares de dezembro e um aumento significativo do imposto Municipal sobre Imóveis.

Custos Diferidos

O saldo desta rubrica diz respeito aos prémios de seguro em que o período de cobertura vai para lá do fim do exercício de 2015.

Acréscimos de Custos

Esta rubrica evidencia os custos a imputar ao próprio exercício e cuja despesa só ocorre em 2016, ainda que não tenham documentação vinculativa. O Município considerou nesta rubrica as remunerações e respectivos encargos sociais devidas por motivo de férias, subsídio de férias, juros a liquidar e, faturas datadas de 2016 cujo custo é imputável a 2015.



Proveitos Diferidos

Nas contas do Município, esta rubrica, reflecte os saldos dos subsídios de investimento correspondentes a investimentos em ativos imobilizados corpóreos e em bens de domínio público.

29 – Provisões

Do teste de circularização efetuado ao advogado/jurista, verificámos a existência de diversos processos interpostos contra o Município. O valor global desses processos ascende a € 1.646.454,88, tendo sido efetuada uma reversão de provisão de € 258.732,84 conforme quadro abaixo.

Processo nº	Autor	Réd	Tribunal/Entidade	Valor da Acção/Colmeia	Inicial	Anulação	Reforço	Constituição	Final
294/11.6 BMDL	Antonio Alberto M. Nunes	Município	Tribunal Ad. E Fiscal de Mirandela	20.000,00 €	20.000,00 €				20.000,00 €
390/11.0 BEMDL	Carlina Bárbara Pinto	Município	Tribunal Ad. E Fiscal de Mirandela	5.486,04 €	1.100,00 €	1.100,00 €			- €
291/07.6BEMDL	STAL em representação de: Cândida Grande, Maria Cristina	Município	Tribunal Judicial Comarca de Miranda do Douro	Indeterminável					- €
58-A/99	Alfredo Jacoto e outros	Município		Indeterminável	23.510,00 €				23.510,00 €
2067/2008	ARH	Município	ARH	60.000,00 € - 70.000,00 €	60.000,00 €				60.000,00 €
002451/11/A-3451	IGAOT	Município	IGAOT	38.500,00 € - 70.000,00 €	35.800,00 €				35.800,00 €
94/2010	ICNB	Município	ICNB	200.000,00 € - 2.544,88 €	200.000,00 €	180.750,00 €			19.250,00 €
injunção 135254/13	Palme Nogueira & Filhos, Lda	Município	Tribunal Ad. E Fiscal de Mirandela	76.882,84 €	76.882,84 €	76.882,84 €			- €
21910/2014	Ersar - Entidade reguladora dos Serviços de Água	Município	ERSAR	2.500,00 € - 44.890,00 €	22.445,00 €				22.445,00 €
20729/2013	Ersar - Entidade reguladora dos Serviços de Água	Município	ERSAR	2.500,00 € - 44.890,00 €	22.445,00 €				22.445,00 €
25/2014,9 BEMDL	STAL - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local	Município	Tribunal Ad. E Fiscal de Mirandela	5.001,00 €	5.001,00 €				5.001,00 €
513/15.0 BEMDL	Socibra, Lda	Município	Tribunal Ad. E Fiscal de Mirandela	Indeterminável					
TOTAL (Média)				1.646.454,88 €	467.183,84 €	258.732,84 €	- €	- €	208.451,00 €

3 - Inventário/Existências

Verificámos que o registo dos materiais que se destinam às obras é feito, para cada obra, através de uma folha de obra para registar os consumos requisitados ao armazém.

De notar que a não relevação das aquisições de existências que se encontram em armazém, assim como das obras em curso realizadas por administração directa, se traduz numa subvalorização do ativo e do capital próprio do Município. Pese embora o Município tenha implementada a contabilidade de custos, não se encontra totalmente em funcionamento conforme referimos no ponto 3.1 alínea xii).

Procedemos à comparação dos valores registados na contabilidade com o mapa gerado pela aplicação do aprovisionamento, designadamente, o mapa que nos fornece informação sobre as existências finais, por conta e por artigo. Dessa análise não detetámos distorções materialmente relevantes, pelo que damos como verificada a asserção da mensuração existência e respetiva valorização.

Relativamente ao teste às contagens físicas chamamos a atenção para os seguintes aspectos:



- Não existe um manual de inventário;
- Relativamente aos materiais (cimento, areia, tijolos, etc), verificámos que vai directamente para as obras por administração directa, sem que haja um controlo rigoroso (registo de armazém, ou seja, entrada/saída);
- Da confirmação que fizemos às contagens realizadas verificamos a existência de determinados artigos com elevadas quantidades mas com reduzida rotação de stock.

A 31 de Dezembro de 2015 a rubrica "36 – Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo" possui um saldo de € 96.642,67.

4 – Imobilizado

41- Investimentos Financeiros

Durante o exercício de 2015 esta rubrica não registou nenhum registo contabilístico. Em 31 de Dezembro de 2015 apresenta um saldo € 798.521,47.

Investimentos Financeiros
Resumo do movimento Anual

N.º	Conta do Razão Descrição	Índice de Referência	Saldo Razão em 31-12-2014	Movimentos			Saldo Razão em 31-12-2015
				Aumentos	Abates	Transferênc.	
411	Partes de Capital		98.323,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	98.323,29 €
4111	Associações de Municípios		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4112	Empresas Municipais e Intermunicipais		25.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	25.000,00 €
	- Miranda Cultural e Rura, EM		25.000,00 €	0,00 €			
4113	Empresas Privadas ou Cooperativas		73.323,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	73.323,29 €
	- Miranda Carnes		73.323,29 €	0,00 €			
412	Obrigações e títulos de participação		543.598,18 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	543.598,18 €
	- Fundo de Apoio Municipal		543.598,18 €	0,00 €	0,00 €		
414	Investimentos em imóveis		156.600,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	156.600,00 €
415	Outras aplicações financeiras		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
			798.521,47 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	798.521,47 €

42- Imobilizado Corpóreo

Em relação ao imobilizado corpóreo verificámos as aquisições com valores mais expressivos, através do documento de suporte, assim como as transferências/correções de imobilizado.

Dos documentos analisados não foram detetadas distorções materialmente relevantes, ou seja, damos como verificada a asserção da mensuração.

Imobilizado Corpóreo
Resumo do movimento Anual

N.º	Conta do Razão Descrição	Índice de Referência	Saldo Razão em 31-12-2014	Movimentos			Saldo Razão em 31-12-2015
				Aumentos	Alienações	Transferênc. e Abates	
421	Terrenos e Recursos Naturais		1.758.377,15 €	146.609,31 €	30.000,00 €	0,00 €	1.874.986,46 €
422	Edifícios e O.Construções		3.572.290,16 €	1.115.730,00 €	536.000,00 €	0,00 €	4.152.020,16 €
423	Equipamento Básico		425.336,93 €	217.517,19 €	0,00 €	0,00 €	642.854,12 €
424	Equipamento de Transporte		666.922,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	666.922,67 €
425	Ferramentas e Utensílios		222.489,29 €	8.964,27 €	0,00 €	0,00 €	231.453,56 €
426	Equipamento Administrativo		1.172.040,02 €	18.491,03 €	0,00 €	0,00 €	1.190.531,05 €
427	Taras e Vasilhames		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
429	Outras Imob. Corpóreas		324.077,95 €	15.949,35 €	0,00 €	0,00 €	340.027,30 €
			8.141.534,17 €	1.523.261,15 €	566.000,00 €	0,00 €	9.098.795,32 €
	Mapas de Amortizações						
	Valor verificado :			1.501.452,90 €	0,00 €	0,00 €	
				99%	0%	#DIV/0!	

43- Imobilizado Incorpóreo

Relativamente ao Imobilizado Incorpóreo, não se verificaram registos no decurso do exercício de 2015, apresentado um saldo de € 352.034,41.

44 - Imobilizado em Curso

Imobilizado Em Curso
Resumo do movimento Anual

N.º	Conta do Razão Descrição	Índice de Referência	Saldo Razão em 31-12-2014	Movimentos			Saldo Razão em 31-12-2015
				Aumentos	Abates	Transferênc.	
441	Imobilizações em Curso de Investimentos Financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
442	Imobilizações em Curso de Imobilizações Corpóreas		126.617,45	183.781,18	0,00	-310.398,63	0,00
443	Imobilizações em Curso de Imobilizações Incorpóreas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em Curso de Bens de Domínio Público		69.520,10	429.197,07	488.384,82	0,00	10.332,35
			196.137,55	612.978,25	488.384,82	-310.398,63	10.332,35
	Valor verificado :			532.338,23		-310.398,63	
				87%		100%	



Os movimentos ocorridos, no decurso do ano de 2015, em “Imobilizado em Curso”, têm por base a realização de obras e a transferência para Imobilizado Corpóreo com base nos autos de receção provisória. Dos testes realizados estamos em condições de dar por verificadas as asserções plenitude e mensuração.

45 – Bens de Domínio Público

Bens de Domínio Público
Resumo do movimento Anual

N.º	Conta do Razão Descrição	Índice de Referência	Saldo Razão em 31-12-2014	Movimentos			Saldo Razão em 31-12-2015
				Aumentos	Abates	Transferenc.	
451	Terrénos e Recursos Naturais		6.845.653,28	0,00	0,00	0,00	6.845.653,28
452	Edifícios		8.514.700,99	188.595,41	0,00	0,00	8.703.296,40
453	Outras Construções e Infra-Estruturas		39.705.233,62	475.648,92	0,00	0,00	40.180.882,54
455	Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural		74.359,20	0,00	0,00	0,00	74.359,20
459	Outros Bens de Domínio Público		3.248.385,78	0,00	0,00	0,00	3.248.385,78
			58.388.332,87	664.244,33	0,00	0,00	59.052.577,20
	Valor verificado:			599.597,59			
				90%			

Os aumentos registados na conta “45 – Bens de Domínio Público” derivam da transferência de obras em curso para a respetiva conta de Bens de Domínio Público, de acordo com o auto de receção provisório.

Valorimetria adotada

Confirmámos que a valorimetria adotada para a generalidade dos ativos imobilizados é a do custo de aquisição. Porém, no que se refere aos bens produzidos (construídos) por administração direta, detetámos que o processo de imputação de custos apresenta evidentes insuficiências para efeitos da valorização plena desses ativos, na medida em que só é imputado o material destinado à obra, não sendo considerados os custos com o pessoal (embora esteja a ser calculado através da gestão de atividades), amortização de máquinas e viaturas propriedade da autarquia, consumíveis e outros gastos gerais relacionados com a obra, ou seja, esses custos não imputados pelo Município são reconhecidos como custo do exercício e não são capitalizados na construção do ativo subjacente.

Concomitantemente, não é relevado qualquer valor na rubrica “Trabalhos para a Própria Entidade”. Daí que tal situação produza uma infra valorização dos ativos e, por consequência, uma subvalorização do património líquido e do resultado do exercício.

De assinalar que numa ótica orçamental essa despesa é tratada como despesa corrente quando, em alguns casos, é, pela sua natureza e destino, despesa de capital.



Por insuficiência documental não nos foi possível efectuar um levantamento das obras realizadas por administração direta de forma a aferir com fiabilidade os custos suportados pelo Município relacionados com cada obra e a essa não imputados, para efeitos da relevação do seu valor contabilístico e patrimonial.

Amortizações

Procedemos à realização do teste às amortizações do exercício realizando a correlação entre a aplicação POCAL e aplicação Património. Dos testes efetuados não foi detetada nenhuma divergência material. Do teste realizado às taxas de amortização e, conseqüentemente, à amortização do período não verificamos qualquer distorção.

5 - Fundos Próprios

As rubricas de Património mantêm-se inalteradas desde Dezembro de 2014. No que respeita à rubrica "57 - Reservas" foi reconhecido o reforço de 5% do resultado líquido de 2014 e, na rubrica "59 - Resultados Transitados", verificámos o reconhecimento dos custos de períodos anteriores a 2015, a aplicação de resultados de 2014 e o registo da permuta de bens do Município com o Estado Português, conforme escritura de permuta datada de 29 de Dezembro de 2015.

O quadro abaixo evidência os movimentos ocorridos, em 2015, nas contas da classe 5 - Fundos Próprios:

Rubrica	Descrição	31-12-2014	31-12-2015	Desvio €	Desvio %
5	FUNDOS PRÓPRIOS	-31.630.786,18	-32.750.835,34	-1.120.049,16	3,5%
51	PATRIMONIO	-18.760.107,19	-18.760.107,19	0,00	0,0%
57	RESERVAS	-1.425.787,17	-1.450.787,17	-25.000,00	1,8%
571	Reservas legais	-899.952,70	-924.952,70	-25.000,00	2,8%
576	Doacoes	-525.834,47	-525.834,47	0,00	0,0%
59	RESULTADOS TRANSITADOS	-11.444.891,82	-12.539.940,98	-1.095.049,16	9,6%

6 - Custos e proveitos

61 - Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios €	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
61	CUSTOS DAS MERC. VENDIDAS E DAS MATER. CONSUMIDAS	390.057,51	420.617,37	30.559,86	7,83%
616	Materias-primas, subsidiarias e de consumo	390.057,51	420.617,37	30.559,86	7,83%
6161	Materias-primas	135.703,68	85.012,71	-50.690,97	-37,35%
6163	Materiais diversos	249.698,28	335.604,66	85.906,38	34,40%
6165	Materias de Escritorio	4.655,55	0,00	-4.655,55	-100,00%



2. Trabalho Efectuado

Verificámos a decomposição do saldo e procedemos à respectiva revisão analítica.

3. Conclusões

Verificámos que, nesta rubrica, é registado o valor das aquisições de materiais a fornecedores destinados às obras que o Município realiza com o pessoal da autarquia (administração directa).

62 – Fornecimentos e Serviços Externos

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2.590.882,52	3.027.796,27	436.913,75	16,86%
621	Subcontratos	950.525,96	1.074.573,90	124.047,94	13,05%
62102	SERVIÇOS DE RECOLHA, TRATAMENTO E DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS	323.665,44	329.201,71	5.536,27	1,71%
62104	LIMPEZA URBANA	140.637,62	144.764,23	4.126,61	2,93%
62106	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	306.763,32	430.570,99	123.807,67	40,36%
62107	TRANSPORTES ESCOLARES	170.401,93	169.658,97	-742,96	-0,44%
62108	CANTINAS ESCOLARES	9.057,65	378,00	-8.679,65	-95,83%
622	Fornecimentos e serviços	1.640.356,56	1.953.222,37	312.865,81	19,07%
62211	Electricidade	517.975,50	685.260,63	167.285,13	32,30%
62212	Combustíveis	168.722,70	146.354,50	-22.368,20	-13,26%
62214	Outros fluidos	0,00	0,00	0,00	
62215	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	8.356,42	0,00	-8.356,42	-100,00%
62217	Material de Escritório	5.178,67	162,00	-5.016,67	-96,87%
62218	Artigos para oferta	2.939,88	6.085,00	3.145,12	106,98%
62219	Rendas e alugueres	47.331,00	139.425,50	92.094,50	194,58%
62221	Despesas de representação	0,00	2.427,26	2.427,26	
62222	Comunicação	75.816,07	77.908,56	2.092,49	2,76%
62223	Seguros	55.350,94	49.228,46	-6.122,48	-11,06%
62225	Transportes de mercadorias	14.170,63	13.322,06	-848,57	-5,99%
62226	Transportes de pessoal	10.480,00	13.011,41	2.531,41	24,15%
62227	Deslocações e estadas	3.198,73	5.033,61	1.834,88	57,36%
62232	Conservação e reparação	103.768,39	202.543,36	98.774,97	95,19%
62233	Publicidade e propaganda	6.953,07	6.508,02	-445,05	-6,40%
62234	Limpeza, higiene e conforto	14,76	0,00	-14,76	-100,00%
62236	Trabalhos especializados	228.471,32	390.253,71	161.782,39	70,81%
62237	TRANSPORTES ESCOLARES	15.545,88	0,00	-15.545,88	-100,00%
62290	Encargos de cobrança	42.948,97	21.907,78	-21.041,19	-48,99%
62298	Outros fornecimentos e serviços	323.484,79	188.775,72	-134.709,07	-41,64%
62299	OUTROS	9.648,84	5.014,79	-4.634,05	-48,03%

2. Trabalho Efectuado

Procedemos à verificação das principais rubricas tendo em atenção a sua variação em relação ao ano anterior e, em função dessa análise, procedemos à verificação e análise dos principais documentos de suporte de modo a obtermos a evidência julgada necessária nas circunstâncias.

3. Conclusões

Verificámos que o valor global da rubrica de “fornecimentos e serviços externos”, comparando com o período homólogo de 2014, aumentou € 436.913,75, ou seja, 16,86%.

63 – Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
63	TRANSFER. E SUBSÍDIOS CORRENTES C. PREST.SOCIAIS	422.562,35	557.715,76	135.153,41	31,98%
631	Transferências correntes concedidas	386.339,35	504.881,35	118.542,00	30,68%
6313	ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA	74.672,14	88.783,84	14.111,70	18,90%
6315	SEGURANÇA SOCIAL	0,00	5.021,38	5.021,38	
6316	OUTROS SETORES INSTITUCIONAIS	311.667,21	411.076,13	99.408,92	31,90%
632	Subsídios correntes concedidos	36.223,00	52.834,41	16.611,41	45,86%
6323	ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA	28.243,00	42.889,41	14.646,41	51,86%
6326	OUTROS SETORES INSTITUCIONAIS	7.980,00	9.945,00	1.965,00	24,62%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

3. Conclusões

As transferências correntes, concedidas pelo Município, aumentaram, globalmente, € 135.153,41. Salienciamos o aumento de transferências efetuadas para a Outros sectores Institucionais (Associação de Bombeiros, Associações culturais e desportivas). O aumento desta conta também tem associado os estágios PEPAL que no decorrer de 2014 não se verificaram. Nesse sentido chamamos atenção do Município para os compromissos assumidos no âmbito do P.A.E.L. no que toca a redução das despesas desta natureza.

64 – Custos com Pessoal

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
64	CUSTOS COM O PESSOAL	3.098.171,69	2.883.854,63	-214.317,06	-6,92%
641	Remunerações dos membros dos orgaos autarquicos	135.827,55	136.608,15	780,60	0,57%
642	Remunerações do pessoal	2.345.546,35	2.087.728,16	-257.818,19	-10,99%
6421	Remuneraçao base do pessoal	2.077.919,12	1.870.722,11	-207.197,01	-9,97%
64211	RCTFP por tempo indeterminado	1.700.424,87	1.645.198,13	-55.226,84	-3,25%
642111	Remuneraçao base	1.448.364,20	1.407.756,38	-40.607,82	-2,80%
642112	Subsidio de férias	130.781,46	118.283,39	-12.498,07	-9,56%
642113	Subsidio de Natal	121.279,31	119.158,36	-2.120,95	-1,75%
64212	RCTFP a Termo Resolutivo	15.269,69	14.396,51	-873,18	-5,72%
64213	Pessoal em qualquer outra situação	136.235,09	131.264,74	-4.970,35	-3,65%
64214	Outras Situações	225.989,37	79.862,73	-146.126,64	-64,66%
6422	Suplementos de remunerações	253.402,32	203.653,40	-49.748,92	-19,63%
6423	Prestações sociais directas	14.224,91	13.352,65	-872,26	-6,13%
643	Pensoes	14.977,20	35.699,37	20.722,17	138,36%
645	Encargos sobre remunerações	455.472,47	458.648,38	3.175,91	0,70%
6452	Seguranca social dos funcionarios RCTFP	345.294,84	375.173,25	29.878,41	8,65%
6453	Seguranca social - regime geral	110.177,63	83.475,13	-26.702,50	-24,24%
646	Seguros de acidentes no trabalho e doencas profiss	16.052,32	28.255,99	12.203,67	76,02%
648	Outros custos com pessoal	130.295,80	136.914,58	6.618,78	5,08%
6481	Despesas de saude	129.356,12	125.295,21	-4.060,91	-3,14%
6483	Subsidio de maternidade/paternidade	328,58	11.619,37	11.290,79	3436,24%
6489	Outros	611,10	0,00	-611,10	-100,00%



2. Trabalho Efetuado

Efetuámos os testes de conformidade às rubricas relacionadas com os custos com o pessoal, designadamente a verificação, por amostragem, de dois meses de processamento de remunerações e procedemos à análise dos diferentes agregados desta rubrica tendo verificado os procedimentos administrativos em relação ao processamento de remunerações, o que nos permitiu formar uma opinião sobre a razoabilidade do saldo relevado pela contabilidade.

3. Conclusões

Para além de pequenos desvios e algumas pequenas alterações em relação à conformidade dos registos efetuados, não detetámos quaisquer situações dignas de registo, pelo que verificamos o cumprimento da asserção da mensuração.

Verificámos o cumprimento das reduções remuneratórias decorrentes da aplicação da Lei do Orçamento de 2014 (art. n.º 33 da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de Dezembro), conjugada com a Lei n.º 75/2014 de 12 Setembro, não tendo sido detetada qualquer anomalia suscetível de anotação.

Através da análise efetuada verificámos que em relação ao período homólogo de 2014, os custos com o pessoal sofreram uma diminuição de, aproximadamente, € 214.317,06, o equivalente a 6,92%, explicado redução do numero de trabalhadores.

65 – Outros Custos e Perdas Operacionais

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	85,85	236,43	150,58	175,40%
658	Outros custos e perdas operacionais	85,85	236,43	150,58	175,40%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

3. Conclusões

A 31 de Dezembro de 2015 esta rubrica apresenta um saldo de € 236,43 sobre o qual nada temos a relatar.



66 – Amortizações do Exercício

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
66	AMORTIZACOES DO EXERCICIO	2.773.437,36	2.831.289,79	57.852,43	2,09%
662	Imobilizacoes corporeas	372.866,06	409.472,30	36.606,24	9,82%
6622	Edificios e outras construcoes	111.313,24	140.300,11	28.986,87	26,04%
6623	Equipamento basico	59.548,18	89.544,62	29.996,44	50,37%
6624	Equipamento de transporte	67.220,55	65.319,17	-1.901,38	-2,83%
6625	Ferramentas e utensilios	20.967,99	16.878,09	-4.089,90	-19,51%
6626	Equipamento administrativo	87.908,65	80.765,49	-7.142,16	-8,12%
6628	Outras Imobilizacoes corporeas	25.907,45	16.663,82	-9.243,63	-35,68%
665	Bens de dominio publico	2.400.571,30	2.421.817,49	21.246,19	0,89%
6652	Edificios	281.375,02	282.122,58	747,56	0,27%
6653	Outras construcoes e infraestruturas	1.957.631,79	1.978.130,42	20.498,63	1,05%
6655	Bens de patrimonio historico, artistico e cultural	3.717,96	3.717,96	0,00	0,00%
6659	Outros bens de dominio publico	157.846,53	157.846,53	0,00	0,00%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste relativo ao cálculo das amortizações do exercício e à comparação do mapa das amortizações gerado pela aplicação do património com os valores constantes na contabilidade.

3. Conclusões

Dos testes realizados não detetámos qualquer distorção que coloque em causa a asserção mensuração no âmbito da política contabilística da consistência. O aumento registado face ao período homólogo justifica-se pela passagem de imobilizações em curso para Imobilizações Corpóreas e Bens do Domínio Público

67 – Provisões do Exercício

Esta rubrica apresenta um saldo nulo em 31 de Dezembro de 2015, ou seja, não se verificou a necessidade de proceder ao reforço das provisões reconhecidas. Mantêm-se os processos de anos anteriores que já se encontram provisionados.

68 – Custos e Perdas Financeiras

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	276.654,89	255.323,62	-21.331,27	-7,71%
681	Juros suportados	240.447,29	233.007,16	-7.440,13	-3,09%
68112	De medio e longo prazo	215.179,25	156.463,66	-58.715,59	-27,29%
6812	OUTROS JUROS	25.268,04	76.543,50	51.275,46	202,93%
68121	JUROS DE MORA	24.332,38	76.543,50	52.211,12	214,57%
683	Amortizacoes de investimentos em imoveis	2.585,32	2.585,31	-0,01	0,00%
688	Outros custos e perdas financeiros	33.622,28	19.731,15	-13.891,13	-41,32%



2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste que nos permitiu relacionar os juros suportados com os empréstimos bancários obtidos, contrastados com a taxa de juro contratualizada. Verificámos, ainda, a sustentação das principais rubricas através da análise documental.

3. Conclusões

Numa análise agregada à rubrica de “custos e perdas financeiras” verificou-se uma diminuição de € 21.331,27, comparativamente a igual período do ano anterior.

O aumento registado na conta “ 6812 – Outros Juros” no montante de € 51.275,46 deve-se, essencialmente, ao pagamento dos juros associados ao processo no TAF Mirandela € 72.044,83.

69 – Custos e Perdas Extraordinárias

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINARIAS	46.742,20	290.165,97	243.423,77	520,78%
691	Transferências de capital concedidas	40.000,00	285.516,77	245.516,77	613,79%
6913	ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA	40.000,00	215.516,77	175.516,77	438,79%
6916	OUTROS SECTORES INSTITUCIONAIS	0,00	70.000,00	70.000,00	
697	Correções relativas a exercícios anteriores	4.775,20	702,29	-4.072,91	-85,29%
698	Outros custos e perdas extraordinários	1.967,00	3.946,91	1.979,91	100,66%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

3. Conclusões

Através da análise efectuada, verificámos que, em relação ao período homólogo de 2014, os “custos e perdas extraordinárias” aumentaram, em termos globais € 243.423,77. A rubrica mais representativa na expressão dos custos extraordinários e que mais contribuiu para esta variação foi a “6913 – Administração autárquica” e “6916 – Outros sectores institucionais” com um aumento de € 175.516,77 e € 70.000,00 respetivamente.

Em suma não foram detetados erros ou omissões que mereçam reparo, o que nos permite concluir como verificadas a asserções mensuração e plenitude.

**7 – Proveitos e Ganhos****71 – Vendas e Prestação de Serviços****1. Conteúdo**

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
71	VENDAS E PRESTACAO DE SERVICOS	-580.601,09	-693.903,21	-113.302,12	20%
711	Vendas	-195.220,71	-225.057,54	-29.836,83	15%
7112	Produtos acabados e intermedios	-184.958,28	-209.898,18	-24.929,90	13%
7114	VENDA DE OUTROS BENS	-10.252,43	-15.159,36	-4.906,93	48%
712	Prestacoes de servicos	-385.380,38	-468.845,67	-83.465,29	22%
7121	Serviços Especificos das Autarquias	-285.276,63	-347.343,95	-62.067,32	22%
7122	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DE DES	-41.035,17	-45.646,18	-4.611,01	11%
7123	OUTROS SERVIÇOS	-59.068,58	-75.855,54	-16.786,96	28%

2. Trabalho efetuado

Procedemos à realização do teste de conformidade às vendas e prestação de serviços e à análise substantiva do conteúdo e extensão dessas contas e dos saldos relevados. Para tanto efetuámos também o teste ao corte de operações. Verificámos, de entre outros, as variações ocorridas nos principais elementos destas rubricas através da análise documental. Com relação ao teste ao corte de operações verificámos o cumprimento da especialização dos exercícios.

3. Conclusões

Através da análise efetuada verificámos que, em relação ao período homólogo de 2014, as vendas e prestação de serviços registaram um aumento no valor de € 113.302,12, ou seja, 20%. As rubricas que mais contribuíram para este aumento foram a “7112 – Produtos acabados” e “7121 – Serviços Especificos das Autarquias”, parcialmente justificado com o aumento das tarifas associadas á venda de água, serviço de saneamento e Recolha de RSU. Além disso deriva do reconhecimento de proveitos associados ao referido serviço, das faturas emitidas em janeiro de 2016 relativas aos consumos de dezembro de 2015, situação que não se verificou em anos anteriores.

72 – Impostos e Taxas**1. Conteúdo**

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
72	IMPOSTOS E TAXAS	-1.209.930,44	-946.372,95	263.557,49	-22%
721	Impostos directos	-1.130.515,11	-905.253,05	225.262,06	-20%
722	Impostos indirectos	-22.832,95	-21.219,42	1.613,53	-7%
724	Taxas	-56.683,56	-50.022,38	6.661,18	-12%
725	REEMBOLSOS E RESTITUICOES	2.620,18	29.491,38	26.871,20	1026%
726	Anulacoes	0,00	3.708,52	3.708,52	
728	Outros	-2.519,00	-3.073,00	-554,00	22%



2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste de conformidade a algumas taxas cobradas e à verificação das variações ocorridas nas principais rubricas através da análise documental e tendo em conta procedimentos analíticos utilizados. Verificámos o cumprimento da especialização dos proveitos referentes a esta rubrica.

3. Conclusões

A variação negativa ocorrida na rubrica “impostos e taxas”, no valor de € 263.557,49, deve-se, em grande parte, ao facto da AT não ter processado as verbas a título de derrama por ter considerado ter havido lapso nas transferidas em anos anteriores.

Segundo o portal das finanças em 31 de Dezembro de 2014 consideravam terem sido transferidos a mais €110.883,34 e, há data de 31 de Dezembro de 2015, ainda faltavam regularizar € 51.605,27.

Da análise efetuada não detetámos nenhuma situação que mereça qualquer reparo.

74 – Transferências e Subsídios Correntes Obtidos

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
74	TRANSFERENCIAS E SUBSIDIOS CORRENTES OBTIDOS	-6.749.897,17	-6.973.198,51	-223.301,34	3%
7421	Administracoes publicas	-6.718.087,53	-6.911.036,45	-192.948,92	3%
74211	Orcamento do Estado	-6.331.699,08	-6.645.027,77	-313.328,69	5%
742111	TRANSFERENCIAS CORRENTES	-5.728.798,08	-6.017.262,77	-288.464,69	5%
742112	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	-602.901,00	-627.765,00	-24.864,00	4%
74212	Fundos e servicos autonomos	-386.388,45	-266.008,68	120.379,77	-31%
7424	RESTO DO MUNDO	-31.809,64	-62.162,06	-30.352,42	95%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à análise dos subsídios contabilizados nesta rubrica e efetuámos a comparação dos valores constantes da comunicação oficial enviada pela DGAL, com a discriminação da participação do Município nos impostos do Estado – 2015 (FEF, FSM, IRS) com o que constava registado na contabilidade.

3. Conclusões

Da análise a que procedemos da comparação dos subsídios contabilizados com o mapa XIX do Orçamento de Estado para 2015 não verificámos qualquer diferença em relação ao valor registado pelo Município.



75 – Trabalhos para a Própria Entidade

1. Conteúdo

Nada consta nas contas do Município acerca desta rubrica.

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à elaboração e análise do controlo interno, nomeadamente no que respeita às obras realizadas por administração direta.

3. Conclusões

Salientamos o facto de o Município ter realizado trabalhos através de meios próprios, ou seja, por administração direta e não ter utilizado esta rubrica para mencionar os meios próprios e adquiridos destinados à construção das obras e de vários ativos imobilizados, o que acabou por se traduzir numa subavaliação do resultado e numa omissão dos ativos em igual valor. Não nos foi possível determinar tais diferenças pela impossibilidade de quantificação dos ativos construídos pelo Município através dos seus próprios meios, pese embora o Município dispor de um sistema de contabilidade analítica/custos mas, o qual, não se encontra totalmente em funcionamento conforme referimos no ponto 3.1 alínea g), não nos permitindo obter evidência sobre o valor desses trabalhos.

Reiteramos a necessidade do Município imputar todos os custos às obras realizadas por administração direta para que os resultados não se encontrem subvalorizados. Todavia das indagações junto do chefe de divisão financeira obtivemos a informação de que, no decorrer de 2015, não foram realizadas obras por administração direta susceptíveis de capitalização.

78 – Proveitos e Ganhos Financeiros

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	-973.272,90	-1.005.484,45	-32.211,55	3%
781	Juros obtidos	-638,26	-38,98	599,28	-94%
783	Rendimentos de Imóveis	-972.634,64	-1.005.445,47	-32.810,83	3%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de proveitos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.



3. Conclusões

Comparativamente ao período homólogo esta rubrica apresenta uma variação positiva de € 32.810,83, por motivos de reclassificação contabilística das rendas recebidas.

A rubrica que mais contribuiu para este aumento foi a “783 – Rendimentos de Imoveis”, registando um aumento de € 32.810,83 devendo-se do aumento do valor de € 428.070,25 de 2014 para € 458.542,19 em 2015, da transferência da EDP ao abrigo do Protocolo celebrado com a ANMP – Rendas dos Centros electroprodutores.

79 – Proveitos e Ganhos Extraordinários

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINARIOS	-633.406,04	-673.551,13	-40.145,09	6%
794	Ganhos em imobilizacoes	0,00	-1.500,00	-1.500,00	
795	Beneficios de penalidades contratuais	-913,71	-2.887,44	-1.973,73	216%
796	Reducoes de amortizacoes e provisoes	-265.590,96	-262.318,27	3.272,69	-1%
797	Correcoes relativas a exercicios anteriores	-1.951,53	-5.390,00	-3.438,47	176%
798	Outros proveitos de ganhos extraordinarios	-364.949,84	-401.455,42	-36.505,58	10%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos ao teste da variação de proveitos e à evolução dos saldos, através da verificação das principais rubricas.

3. Conclusões

Os proveitos e ganhos extraordinários registaram um aumento, em termos globais, de € 40.145,09. As variações mais significativas e que mais contribuíram para este aumento, ocorreram na rubrica “798 – Outros proveitos de ganhos extraordinários” com um acréscimo de € 36.505,58, que está associado às amortizações dos subsídios ao investimento.

3.4. Identificação de desvios entre os documentos do encerramento das contas

Relativamente a este ponto não detetamos qualquer tipo de desvio substancialmente relevante.



3.5. Acontecimentos Subsequentes

Não detetámos a ocorrência de acontecimentos após a data do encerramento das contas e até à data da emissão do presente relatório que, pelo seu possível efeito material, possam ter consequências na informação financeira futura.

3.6. Cumprimento das metas orçamentais

Os quadros que a seguir se apresentam evidenciam o conteúdo dos agregados da despesa e da receita:

DESPESA				
Corrente	Valores			
	Orçado	Pago	Varição	%
01-Despesa com pessoal	2.927.079,76	2.889.974,02	-37.105,74	-1,27%
02-Aquisição de bens e serviços	4.040.713,76	3.580.307,49	-460.406,27	-11,39%
03-Juros e outros encargos	278.335,58	253.237,67	-25.097,91	-9,02%
04-Transferencias correntes	540.291,62	514.770,90	-25.520,72	-4,72%
05--Subsidios	52.834,41	52.834,41	0,00	0,00%
06-Outras despesas correntes	63.700,00	54.001,48	-9.698,52	-15,23%
	7.902.955,13	7.345.125,97	-557.829,16	-7,06%
Capital				
07-Aquisições de bens de capital	2.834.395,60	1.432.887,97	-1.401.507,63	-49,45%
08-Transferencias e capital	295.023,81	285.516,77	-9.507,04	-3,22%
09-Activos financeiros	77.657,00	77.657,00	0,00	0,00%
10-Amortização empréstimos	1.011.012,11	1.011.012,11	0,00	0,00%
11- Outras despesas de capital	90.094,55	90.094,55	0,00	0,00%
	4.308.183,07	2.897.168,40	-1.411.014,67	-32,75%
Totais de Despesas	12.211.138,20	10.242.294,37	-1.968.843,83	-16,12%

Como se pode apurar da análise do quadro supra as despesas correntes face ao orçamentado apresentam um desvio, para menos, de € 557.829,16, ou seja, 7%. A rubrica que maior peso teve na diminuição das despesas correntes foi a "02 – Aquisição de bens e serviços" com uma variação favorável de € 460.406,27. Relativamente às despesas de Capital verifica-se uma diminuição face ao orçamentado de € 1.411.014,67, tendo a rubrica "07 – Aquisições de bens de capital" apresentado uma variação, para menos, de € 1.401.507,63, sendo este o maior peso na diminuição global das despesas de capital.



RECEITA				
Corrente	Valores			
	Orçado	Cobrado	variação	%
01- Impostos directos	870.133,12	899.087,96	28.954,84	3,33%
02- Impostos indirectos	22.703,40	21.443,64	-1.259,76	-5,55%
04- Taxas multa e penalidades	71.319,88	59.172,06	-12.147,82	-17,03%
05- Rendimentos propriedade	1.020.992,72	899.243,82	-121.748,90	-11,92%
06- Transferencias correntes	6.289.645,09	6.277.136,25	-12.508,84	-0,20%
07- Vendas de bens e serviços	661.692,22	675.652,15	13.959,93	2,11%
08- Outras receitas correntes	37.747,83	19.475,08	-18.272,75	-48,41%
	8.974.234,26	8.851.210,96	-123.023,30	-1,37%
Capital				
09- Venda de bens de investimento	566.010,00	566.000,00	-10,00	0,00%
10- Transferencias de capital	1.368.260,08	1.184.168,06	-184.092,02	-13,45%
11 - Activos Financeiros	23.500,00	0,00	-23.500,00	-100,00%
12- Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
13- Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Receitas de capital	1.957.770,08	1.750.168,06	-207.602,02	-10,60%
15- Outras receitas	500,00	4.074,86	3.574,86	
	3.916.040,16	3.504.410,98	-411.629,18	-10,51%
16- saldo gerencia anterior	1.278.633,86	1.278.633,86		
	14.168.908,28	13.634.255,80	-534.652,48	-3,77%
Saldo gerencia seguinte	3.391.961,43			

No que concerne às receitas correntes verifica-se uma diminuição face ao orçamentado de € 123.023,30, conforme se alcança através da análise do quadro anterior. A rubrica que maior peso teve na diminuição das receitas correntes foi a "05 – Rendimentos de propriedades" com uma variação desfavorável de € 121.748,90.

Ao nível das receitas de capital verifica-se um decréscimo, face ao orçamentado, de € 207.602,02, tendo a rubrica "10 – Transferência de capital" diminuído € 184.092,02.

3.7. Análise à Execução Orçamental

À data de 31 de Dezembro de 2015 a execução orçamental correspondia, genericamente, aos seguintes valores:



Rubricas	Valores Absolutos		Prev/Exec
	Previsão	Execução	%
1 - Saldo Inicial	1.278.633,86	1.278.633,86	100,00%
2 - Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	#DIV/0!
3 - Receita Corrente	8.974.234,26	8.851.210,96	98,63%
4 - Despesa Corrente	7.902.955,13	7.345.125,97	92,94%
5 - Receita de Capital	1.958.270,08	1.754.242,92	89,58%
6 - Despesa de Capital	4.308.183,07	2.897.168,40	67,25%
7 - Receita Total (1+2+3+5)	12.211.138,20	11.884.087,74	97,32%
8 - Depesa Total (4+6)	12.211.138,20	10.242.294,37	83,88%

Do quadro acima verifica-se que a execução orçamental não põe em causa o princípio do equilíbrio orçamental, uma vez que a receita corrente efetivamente cobrada foi superior à despesa corrente do mesmo período.

Em relação ao controlo orçamental da receita verifica-se que a execução das receitas de capital ficou aquém do orçamentado, com uma execução de, apenas, 89,58%.

Relativamente ao controlo orçamental da despesa verifica-se um desvio negativo de 16%, pelo facto de ter sido baixa a execução da despesa de capital, situando-se nos 67%.

Em síntese, verificámos que a execução orçamental global relativa ao exercício ficou, aproximadamente, em 85,36% da estimativa efetuada o que nos leva a concluir que o nível de execução orçamental ficou aquém das projecções da despesa e da receita inscritas no orçamento de 2015.

Receita Corrente/Despesa Corrente	Previsão	Execução	%
a. Receita Corrente	8.974.234,26	8.851.210,96	98,63%
b. Despesa Corrente	7.902.955,13	7.345.125,97	92,94%
c. Amortizações Médias de Emprést. MLP	0,00	968.137,78	#DIV/0!
Saldo (a-b-c)	1.071.279,13	537.947,21	50,22%
5% da Receita Corrente	448.711,71	442.560,55	98,63%
Saldo < ou = a majoração de 5% Receita Corrente		NÃO	
Saldo > que a majoração de 5% Receita Corrente		Equilíbrio Orçamental	

3.8. Fundos Disponíveis

Conforme se verifica no quadro seguinte não apurámos diferenças materialmente relevantes entre os fundos disponíveis constantes da aplicação POCAL e os fundos disponíveis enviados para a DGAL via SIAL, com a exceção do mês de Janeiro. Esta diferença explica-se pelo facto de os serviços de contabilidade não terem conseguido carregar os valores acumulados de 2014 e, com a passagem de ano, a anulação de compromissos veio originar esta diferença nos registos da aplicação POCAL, o qual não está correto, já que o valor relevante é o que consta da plataforma do SIAL.



Dos testes realizados não detetámos a assunção de compromissos sem fundos disponíveis cumprindo-se o disposto na alínea f) do art.º 3º e art.º 5º da Lei 8/2012 de 21/2.

FUNDOS DISPONÍVEIS

(valores em Euros)

Teste aos Fundos Disponíveis SIIAL vs POCAL

Mês	Dados Extraídos do SIIAL	Dados Extraídos do POCAL	Diferença SIIAL vs POCAL
Janeiro	3.154.205,36	2.429.269,30	724.936,06
Fevereiro	704.887,21	704.887,21	-
Março	863.788,98	863.788,98	-
Abril	669.036,20	669.036,20	-
Maió	923.337,52	923.337,52	-
Junho	1.337.757,93	1.337.757,93	-
Julho	1.473.400,22	1.473.400,22	-
Agosto	1.532.311,34	1.532.311,34	-
Setembro	1.459.707,63	1.459.707,63	-
Outubro	1.734.063,14	1.734.063,14	-
Novembro	944.909,98	944.909,98	-
Dezembro	1.139.140,96	1.139.140,96	-

3.9. E-fatura vs POCAL

24 - Estado

(valores em Euros)

243 - Imposto sobre o Valor Acrescentado

Teste a correlação entre dados comunicados via E-fatura vs Declarações periódicas de IVA

Dados E-fatura			Declaração Periódica de IVA				Desvíó	
Período	Valor do IVA	Valor Total	Período	Valor do IVA	Base	Valor Total	IVA	Valor Total
Janeiro	1.467,33	52.414,84	1º Trimestre	6.461,00	82.350,26	88.811,26	4,73	75.796,16
Fevereiro	2.623,06	56.574,74						
Março	2.365,88	55.617,84						
Abril	2.437,43	242.397,75	2º Trimestre	7.118,23	95.107,07	102.225,30	1,93	715.303,81
Maió	1.797,87	510.436,48						
Junho	2.881,00	64.694,88						
Julho	2.521,48	171.919,08	3º Trimestre	9.730,84	122.303,11	132.033,95	315,74	290.744,02
Agosto	3.814,54	76.603,40						
Setembro	3.079,08	174.255,49						
Outubro	2.209,38	57.445,29	4º Trimestre	5.705,44	88.555,78	94.261,22	-	739.959,73
Novembro	1.885,88	53.856,55						
Dezembro	1.610,18	722.919,11						
	28.693,11	2.239.135,45		29.015,51	388.316,22	417.331,73	322,40	1.821.803,72

Dos testes de correlação entre as declarações periódicas de IVA e a informação reportada via E-fatura para Autoridade Tributaria, verificámos as diferenças acima identificadas. Pese embora em termos de IVA liquidado as diferenças serem de reduzido valor, já em relação aos montantes faturados as diferenças são de valor significativo. Note-se que as declarações de IVA deverão ser preenchidas com toda a informação referente a todos os atos tributários (operações isentas e operações tributadas).



3.10. Análise económico-financeira

3.8.1. Análise Económica

No quadro abaixo é possível verificar a variação dos custos e dos proveitos no período de 2014/2015:

Rubricas	Descrição	31-12-2014	31-12-2015	Desvio €	Variação %
71	VENDAS E PRESTACAO DE SERVICOS	580.601,09	693.903,21	113.302,12	20%
72	IMPOSTOS E TAXAS	1.209.930,44	946.372,95	- 263.557,49	-22%
74	TRANSFERENCIAS E SUBSIDIOS CORRENTES OBTIDOS	6.749.897,17	6.973.198,51	223.301,34	3%
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	973.272,90	1.005.484,45	32.211,55	3%
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINARIOS	633.406,04	673.551,13	40.145,09	6%
	Total dos Proveitos	10.147.107,64	10.292.510,25	145.402,61	1%
61	CMVMC	390.057,51	420.617,37	30.559,86	8%
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS	2.590.882,52	3.027.796,27	436.913,75	17%
63	TRANSFER. E SUBSIDIOS CORRENTES C. PREST.SOCIAIS	422.562,35	557.715,76	135.153,41	32%
64	CUSTOS COM O PESSOAL	3.098.171,69	2.883.854,63	- 214.317,06	-7%
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	85,85	236,43	150,58	175%
66	AMORTIZACOES DO EXERCICIO	2.773.437,36	2.831.289,79	57.852,43	2%
67	PROVISOES DO EXERCICIO	54.337,25	-	- 54.337,25	-100%
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	276.654,89	255.323,62	- 21.331,27	-8%
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINARIAS	46.742,20	290.165,97	243.423,77	521%
	Total dos Custos	9.652.931,62	10.266.999,84	614.068,22	6%
	Proveito - Custos	494.176,02	25.510,41	- 468.665,61	-95%

Da análise ao quadro anterior ressaltam os seguintes aspectos:

- Em relação ao exercício de 2014 o Município registou um aumento de 145.402,61 no total dos proveitos;
- Relativamente aos custos verifica-se um aumento global de € 614.068,22 ou seja, verifica-se uma evolução desfavorável da conta de exploração, originando uma diminuição do resultado líquido em € 468.665,61;
- As rubricas que apresentaram maior variação no conjunto dos custos e que mais contribuíram para este aumento registado foram as de “Fornecimentos e Serviços Externos” com € 436.913,75 e “Transferências e Subsídios correntes” com uma variação de € 135.153,41;
- Face ao inscrito no quadro acima chamamos a atenção para os compromissos assumidos no âmbito do P.A.E.L., particularmente no que se refere à obrigatoriedade de redução das despesas com transferências para entidades terceiras.

- É, ainda, de relevar que o facto de o Município não reconhecer os trabalhos para a própria entidade (realização de obras por administração directa) como proveitos, na parte de incorporação dos outros factores que não sejam materiais, o que se traduz numa subvalorização dos resultados.

Conclusões

No decorrer do trabalho efetuado não detetámos qualquer situação que ponha em causa o cumprimento da legalidade, quer em relação às leis aplicáveis, quer em relação ao orçamento e plano aprovados pela Assembleia Municipal.

Em nossa opinião o relatório e contas apresentado pelo Município de Miranda do Douro, tendo em atenção a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual do Auditor Externo, apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Município e o resultado das suas operações.

Aproveitamos, ainda, a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os serviços da Câmara Municipal e designadamente do pessoal da Divisão Administrativa e Financeira.

Bragança, 19 de Abril de 2016



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues, ROC nº 1047
em representação da S.R.O.C. n.º92 – Fernando Peixinho & José Lima